

# AVALIAR SIM, REPROVAR NÃO

**Miguel Prudente Nunes**  
Escola Técnica Federal da Paraíba  
Av. 1º de maio, 720 - Jaguaribe  
58015-430 - João Pessoa - Paraíba - Brasil  
fone(083)2391340  
e-mail: miguel@cefetpb.br

## *Resumo*

*Este artigo tem como princípio básico despertar para a necessidade de uma mudança no processo avaliativo escolar, não mudando apenas o nível de rigor ou na forma de direcionamento para a resposta certa, mas sim, para um processo de construção de conhecimento baseado na continuidade desta construção, sem preocupação do ponto de chegada ou parada provisória.*

Palavras chaves: Avaliação Mútua, Hipocrisia Educacional, Pensar, Escrever, Falar e Ler.

## 1. INTRODUÇÃO

A avaliação escolar está passando por um dilema: precisa-se de sua existência, mas não faz sentido ter um processo de avaliação reprovativo. Ter um processo reprovativo é selecionar, discriminar, rotular; o que não condiz com o princípio básico do processo educativo, tanto o expresso nos manuais educacionais, bem como na concepção denotada dia-a-dia no senso comum. Então o que fazer? Não existe uma fórmula a ser seguida, mas princípios a serem adotados e, dentre eles, temos:

1 - Avaliação mútua;

2 - Avaliação para continuar, repetir ou tentar novas alternativas. Aqui não se deseja passar o ano no mesmo ponto, pois com este comportamento a primeira vítima dessa idéia será o aluno.

3 - O que se deseja com essa mudança na avaliação é evitar a hipocrisia educacional: faz-se que se avalia, simula-se que se aprende.

4 - Retirar das avaliações escolares atitudes que as máquinas estão realizando muito bem (para o padrão atual), mas estimular coisas simples, porém importantes, como: pensar, escrever, falar e ler, que só existem com esforço e participação de todos, pelos seguintes motivos:

a) pensar, só tem sentido, quando este volta em forma de idéia para ser discutida, aceita ou rejeitada;

b) escrever, para que outros comentem e registrada possibilitando que em outros momentos seja reavaliado;

c) falar, para expor as idéias, pois as mais esquisitas possíveis podem resultar em fonte de inspiração para novas idéias;

d) ler, para tomar conhecimento de outras idéias e posturas, para formalizar as suas alinhando-as para confirmar ou confrontá-las, perante princípios aceitos e válidos pela maioria.

O processo avaliativo, dentro das escolas, tem que ser modificado, principalmente, para o aprendizado da Matemática, pois esta não envelheceu perante a evolução da humanidade; contudo, o processo avaliativo usado nas escolas para os ensinamentos desses conhecimentos tem, pelo menos os mesmos princípios dos séculos iniciais deste milênio.

## 2. O que pensam outros autores

Eis algumas citações de pesquisadores que nos remetem a pensar em um processo avaliativo diferente do atual, “um processo que tenha como base o coletivo”.

*“A avaliação não é só processo lateral, onde só o aluno é avaliado, mas também o professor*

*é avaliado nesse processo” ( ZOLET, 1994. p. 152).*

*“O aluno pode tirar nota máxima e não dominar o conteúdo. ‘Podendo memorizar o conteúdo tirar nota boa e não compreender realmente o conteúdo” (idem. p. 149).*

*“Quando a avaliação não desempenha sua função a contento, gera uma ação incoerente que mais prejudica que auxilia o aluno no processo da aprendizagem”. ( idem.p. 6).*

Zolet nos indica algumas referências para mostrar outra alternativa para o processo avaliativo em vigor.

O resultado da avaliação não interessa só ao sistema, nem tão pouco ao professor, mas principalmente ao aluno, porque ele tenta desenvolver uma postura de aprender pelo prazer do aprender, pois no processo o que conta é passar com nota, mesmo que esta seja falsa ou adquirida por meios ilícitos.

A valorização da cultura acadêmica, em detrimento da natural, cria-se a vontade de chegar à nota, conseqüentemente ao diploma, sem interessar nada do que foi ensinado, sem o mínimo de construção de conhecimento individual.

A avaliação esquece o aprender para o usufruto pessoal, por isso a única função está no passar a qualquer custo inclusive atritando com o professor.

*“A idéia dessa avaliação proposta pela maioria dos educadores e pelos livros-textos dirige-se para um produto acabado e apresentado no final do processo, que, de certa forma, traduz-se em prática autoritária, seletiva e discriminadora, com conseqüências danosas para o aluno, função incoerente com o que lhe foi atribuída inicialmente, ou seja, a de apoiar o aperfeiçoamento de ensino” ( SAMESHINA, 1995. p. 13).*

*“Estando mais atenta para este fato, acabei percebendo que uma das mais bem camufladas funções da educação era a ‘seleção’ e sendo a Matemática sua principal colaboradora ( idem, p. 5).*

Fazemos uma ressalva que na verdade não é a Matemática, mas sim, o ensino dessa disciplina no meio escolarizado.

*“O que se pode perceber é que existe uma grande inquietação manifesta pelos sujeitos em tentar saber se estão agindo corretamente ou não. Disso tentam se justificar afirmando que agem assim porque ‘combinaram’ com outros professores no início do ano e que apesar de o ‘raciocínio’ estar correto, se a resposta não ‘bater’ deverá, no momento da correção da prova considerar o exercício errado” ( idem, p. 222).*

Sameshina remete-nos a refletir sobre a avaliação proposta pelos educadores e os livros-textos, que não leva ao encontro do verdadeiro interessado (o aluno), que terá com os conhecimentos vividos e aprendidos, hoje, fazer uso para sua satisfação, isto é, não importa a disciplina, nem o tópico, mas sim, o sujeito individualmente e/ou, no coletivo e para tal será expresso pelo prazer individual.

A avaliação se torna autoritária, seletiva e discriminatória com conseqüências indesejadas ao aluno, não por ser o professor quem a executa, mas porque em momento algum esta apresenta preocupação voltada para o aprendizado, mas sim, para atingir estatísticas, com forte tendência seletiva e discriminadora, quando separa uns para continuarem; outros para seguirem depois; outros para ficarem rotulados pelo resto da vida como "os incapazes". A estes será bloqueado totalmente o acesso social pelas vias do conhecimento acadêmico aceito no coletivo, restando apenas uma promoção social pelas vias paralelas.

O ensino dos conhecimentos matemáticos se torna fonte principal para selecionar desde os primeiros anos de vida, quando o jovem escuta sempre dos familiares: matemática é coisa de gênio, de super-dotado e outras alegações inúteis.

Quando vai à escola quase sempre escuta algo parecido de sua professora, que lamenta não gostar do método como se transmite os conhecimentos matemáticos, (segundo a pesquisa de Maria Helena C. Gonçalcz) aponta que 60% dos componentes do curso de magistério, professores de

matemática fundamental, são apáticos a esses conhecimentos, mas terão de ensiná-los.

Se existe inquietação de quem avalia hoje, por que não deixá-los à vontade para criarem algo que substitua este processo avaliativo? Somos conscientes de que verdade e/ou certeza são condições que dependem do ângulo de quem observa; portanto, fazer esta abertura para o ensino da matemática não é violar nenhum princípio social, pois quem chega a resposta adversa deve ser conscientizado de que aquela não serve para o momento, mas não deverá ser punido por não tê-la encontrado.

*“A competência de que se fala aqui é nominalmente fundada no saber. No dia-a-dia inverte-se em competência de passar sem saber do qual o vestibular das cruzinhas é a expressão máxima” (BALDINO et al. 1989. p. 43).*

Baldino nos leva a refletir que as respostas dadas a um determinado questionamento não são certeza de saber que as mesmas estejam corretas; por isso, comentar, discutir qualquer tema é mais proveitoso e salutar, mesmo que se cometam erros.

*“Fazemos as provas porque não dispomos de outros métodos que possam nos ajudar a atribuímos as notas exigidas pela instituição e por todo o sistema educacional, nem os especialistas em metodologia nos oferecem nada que possa substituir o que temos, ‘as provas’” (BERTOSO et al. 1996).*

Bertoso, mostra que os professores sentem-se angustiados em ter que atribuir notas. E em função desta angústia se preocupam em separar ou selecionar para atender às exigências impostas pelo sistema e pela instituição, deixando claro, a falta de crédito que deveria dar eficiência ao processo avaliativo em vigor.

### 3. Conclusão

A avaliação escolar no momento funciona como: selecionador, rotulante e discriminador, isto porque a mesma não trabalha as falhas, apenas os valores numéricos para efeito estatístico. Esta é a estrutura na qual se encontra o professor para atender às exigências do sistema de ensino brasileiro como um todo. Precisamos de um sistema que dê autonomia ao professor, sendo, no entanto necessária a participação da sociedade envolvendo-se com esse processo.

### 4. Referências Bibliográficas

- BAIDINO, R. R e CABRAL, T. C. B (1989). O professor de matemática e a seleção chamada avaliação. Boletim GEPEM, nº 24 XIV, 1º semestre/1989.
- BERTOSO, E. B. F; NUNES, M. P; FERREIRA, P. C. N e SANFINS, S. A (1996) Avaliação: Estudo Comparativo Sobre Avaliação no 3º grau - Revisão da Literatura, Concepção e Prática. USF - Bragança Paulista, SP. (Digitado).
- GONÇALEZ, M. H. C. Atitudes (des)favoráveis com relação a matemática. Campinas: Dissertação de mestrado /UNICAMP, 1995.
- SAMESHINA, D. C. T (1995). Avaliação da aprendizagem matemática da perspectiva do professor. Dissertação de Mestrado, UNESP - Rio Claro - SP.
- ZOLET, J. A (1994). Avaliação: um enfoque Fenomenológico - Dissertação de Mestrado, FURB Blumenau, SC. 1994, 166p.